



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Daniel Silveira

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2019.

(Do Sr. Daniel Silveira)

Altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994, (Estatuto d Advocacia), e Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar ao advogados o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e o Decreto-Lei no 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar ao advogados no pleno exercício da advocacia o acesso aos sistemas informatizados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º O art. 7º inciso III da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), passa a vigorar acrescido das alíneas "a", "b", "c", e "d" com a seguinte redação:

"Art. 7º

III –

a) Fica assegurado ao advogado, o acesso para consulta de informações do preso nas plataformas do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça para acompanhar. (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Daniel Silveira

- b) Ficam obrigados as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, vinculadas ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça à inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil e seus membros como órgão permitido ao cadastro e acesso de informações do preso no Sistema de Identificação Penitenciária. (NR)
- c) Ficam responsáveis as Seccionais vinculadas ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o cadastramento dos advogados requerentes do acesso ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça. (NR)
- d) O acesso que trata o disposto da alínea “a” do inciso III deste artigo permite ao advogado consultar informações de localização, da movimentação, do monitoramento, de controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito estadual e nacional. (NR)
- e) O disposto nas alíneas "a", "b", “c” e “d” do inciso III deste artigo aplica-se integralmente aos advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com ou sem procuração. (NR)

Art. 3º O art. 289 do Decreto-Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º e alíneas das alíneas "a", "b" e “c” com a seguinte redação:

“Art. 289.
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Daniel Silveira

§ 7º Fica assegurado ao advogado, o acesso para consulta de informações do preso nas plataformas do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça para acompanhar. (NR)

- a) Ficam obrigados as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, vinculadas ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça à inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil e seus membros como órgão permitido ao cadastro e acesso de informações do preso no Sistema de Identificação Penitenciária. (NR)
- b) Ficam responsáveis as Seccionais vinculadas ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o cadastramento dos advogados requerentes do acesso ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça. (NR)
- c) O acesso que trata o disposto da alínea “a” do inciso III deste artigo permite ao advogado consultar informações de localização, da movimentação, do monitoramento, de controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito estadual e nacional. (NR)
- d) O disposto nas alíneas "a", "b" e “c” do inciso III deste artigo aplica-se integralmente aos advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com ou sem procuração. (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa garantir ao profissional da advocacia o acesso aos dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e do Cadastro Nacional de Presos do Conselho Nacional de Justiça tendo em vista que **todos os operadores do Direito que atuam na prática forense tem acesso a estes dados, exceto o Advogado.**

Objeto de máximo interesse dos advogados criminalistas, advogados em geral e da própria OAB, o acesso aos pertinentes dados não pode constituir privilégio de Magistrados e órgãos da Magistratura, Promotores, Procuradores de Justiça e Ministério Público, Defensores e Defensoria Pública diante do cristalino disposto no nosso ordenamento jurídico.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 133 que “**o advogado é indispensável à administração da justiça**, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”, **reconhecendo o seu exercício como fundamental para a prestação jurisdicional.**

O artigo 2º do Estatuto da Advocacia assim também dispõe:

Art. 2º. O advogado é indispensável à administração da Justiça.

§ 1º. No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

Dado o *múnus* público da função do Advogado, constitucional, legal e justo é a equidade de tratamento no que tange ao alcance das informações mais relevantes **para assegurar a amplitude do Estado Democrático de Direito bem como da liberdade e dos direitos e garantias individuais.**

Conforme esclarece Ruy de Azevedo Sodré, “**o advogado exerce função social, pois ele atende a uma exigência da sociedade. Basta que se considere o seguinte: sem liberdade, não há advocacia. Sem a intervenção do advogado, não há justiça, sem justiça não há ordenamento jurídico e sem este não há condições de vida para a pessoa humana. Logo, a atuação do advogado é condição imprescritível para que funcione a justiça. Não resta, pois, a menor dúvida de que o advogado exerce função social**”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Daniel Silveira

Dessa forma, **o exercício pleno da advocacia** é pautado pela busca da concretização dos interesses públicos, ou seja, de toda a coletividade, visando garantir o acesso à justiça em seu sentido mais amplo e não restrita aos demais operadores do Direito.

Eros Roberto Grau, então ministro do Supremo Tribunal Federal, fez questão de afirmar: **“Meu ofício não é mais importante que o do jardineiro ou daquele que cuida da saúde das pessoas”** (Estado de S.Paulo, 27/8/2007, pág. A8). O princípio da isonomia é cláusula pétrea da Constituição e a Lei 8.906 estabelece que **não há hierarquia ou subordinação entre advogados, juízes e outros operadores do Direito**, devendo prevalecer respeito recíproco entre todos, **o que redundando no entendimento de que todas as “peças” da Justiça são essenciais, não cabendo privilégio a qualquer uma delas, seja este de qualquer natureza que o constitua.**

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição como forma de fortalecer as prerrogativas dos advogados no seu exercício profissional.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2019.

Daniel Silveira
Deputado Federal